

CCT

HOSPITALIZAÇÃO
PRIVADA

SITESE / FETESE

DECISÃO ARBITRAL ENTROU EM VIGOR EM 1 DE MAIO DE 2011

(Salários com efeitos retroactivos a Maio de 2008)

A publicação da Decisão Arbitral relativa ao CCT entre a APHP e a FETESE no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 15, de 22/04/2011, veio culminar um longo processo de luta pela actualização dos salários contratuais desenvolvido pelos **Sindicatos da UGT**. As tentativas da APHP para suspender a aplicação do novo contrato foram recusadas pelo tribunal, pelo que se confirma a sua entrada em vigor em 1 de Maio de 2011.

Chamamos a atenção dos nossos associados que esta decisão arbitral contempla a actualização dos salários desde 1 de Maio de 2008, conforme a nossa pretensão quando requeremos a arbitragem obrigatória. Há uma tabela para o período de 1/5/2008 a 30/4/2009, outra para o período de 1/5/2009 a 30/4/2011 e outra a partir de 1/05/2011.

Qualquer destas tabelas é muito superior àquela que o sindicato de CGTP-IN negociou com a APHP para produzir efeitos a 2010. Essas diferenças rondam, em média, **os 20 a 30% (!)**, mas há casos em que chegam aos 100% (!), como em algumas das categorias de Técnicos de Saúde.

Como foi possível os sindicatos da CGTP-IN cederam tão vergonhosamente aos patrões? Como na altura dissemos em comunicado, "apesar de serem os campeões das manifestações e das palavras de ordem contra tudo e contra todos, quando chega a hora da verdade da negociação colectiva por melhores condições de trabalho ou ficam imobilizados sem capacidade negocial ou cedem tudo a troco de nada".

E não se pense que o tribunal arbitral foi favorável aos trabalhadores: muito pelo contrário! O árbitro presidente é oriundo das associações patronais o que levou a que muitas decisões pendessem para o lado dos patrões, isto é, que muitas cláusulas do contrato ficassem iguais àsquelas que tinham sido negociadas entre a APHP e a FESAHT.

Mesmo assim, porque houve um período de negociações directas, foi possível ao SITESE/FETESE chegar a acordo directo com a APHP em diversas matérias, melhorando a convenção em diversos aspectos e evitando a perda de alguns direitos e regalias. No entanto, porque desapareceram do contrato diversos institutos remuneratórios sem que tivessem sido substituídos ou compensados por outros, o árbitro por nós indicado acabou por votar contra nessas matérias.

E AGORA, COMO É?

Em primeiro lugar, há que referir que esta decisão arbitral só se aplica aos associados dos sindicatos filiados na FETESE, caso do Sitese e aos trabalhadores que decidam aderir a estes sindicatos. Aos filiados nos sindicatos da FESAHT continua a aplicar-se o outro contrato. Para quem não é sindicalizado, existe uma alternativa que é aderir ao contrato individualmente (situação prevista na cláusula 2ª), pagando uma contribuição de 0,6% da retribuição para um dos Sindicatos da Fetese à sua escolha.

Algumas empresas passaram a aplicar o contrato da FESAHT a todos os trabalhadores, principalmente porque lhes permitiu retirar aos trabalhadores um conjunto de regalias que anteriormente usufruíam. Em relação aos associados nos Sindicatos do FETESE / SITESE essa situação é ilegal!

Todos os direitos e regalias anteriormente existentes têm de ser mantidos até 30 de Abril de 2011, mas os salários têm de ser actualizados e pagos os retroactivos desde 1 de Maio de 2008. Isto é, não só nada perdem como têm de ser reembolsados dos retroactivos.

A partir de 1 de Maio de 2011, então sim, passará a aplicar-se na sua plenitude a convenção colectiva de trabalho resultante da decisão arbitral, com aquilo que trás de bom mas, também, com o que trás de mau.

O recurso a arbitragem obrigatória só foi por nós decidido (em 2008) porque já estávamos há seis anos sem aumentos salariais contratuais. Como se viu, comporta riscos, pois não podemos controlar a decisão dos árbitros. Mas a solução só não foi melhor porque o sindicato da CGTP foi a correr assinar um péssimo contrato que condicionou fortemente a decisão arbitral. Estamos convictos de que muitos dos institutos remuneratórios não teriam caído ou pelo menos poderiam ter sido suficientemente compensados (o subsídio de turno só recompensa algumas categorias profissionais) se os árbitros não tivessem sempre presente a exigência da APHP de que os contratos deviam ser iguais.

Não são iguais e o nosso CCT é bem melhor, principalmente nos valores salariais. Por isso valeu a pena.

SINDICALIZA-TE NO SITESE PARTICIPA, JUNTA A TUA À NOSSA FORÇA

Lisboa, 24 de Maio de 2011

A DIRECÇÃO